



ISSN 1981 - 3031

A QUESTÃO RACIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MACEIÓ: CONTANDO UM POUCO DE HISTÓRIA

Nanci Helena Rebouças Franco¹
franco@atarde.com.br

RESUMO: O projeto de pesquisa intitulado “A Questão Racial nas Escolas Públicas Estaduais de Maceió: contando um pouco de História” tem como objetivo geral analisar em que medida a questão racial vem sendo trabalhada nas escolas públicas de Maceió, especificamente a partir da implementação da Lei 10.639/03. Parte-se do pressuposto de que a promulgação da referida Lei não trouxe grandes alterações no cenário das escolas públicas de Maceió, no que diz respeito às discussões sobre a questão racial. Do ponto de vista teórico-metodológico a análise que se privilegia nessa pesquisa é predominantemente qualitativa de cunho exploratório com a utilização das seguintes técnicas de coleta de dados: Pesquisa Bibliográfica e Documental, Observação, Questionário Fechado e Entrevista. Espera-se que essa pesquisa possa indicar novos caminhos nas discussões de certas especificidades a respeito da problemática educação e diversidade étnico-racial, além de suscitar reflexões que ajudem a subsidiar a construção de políticas públicas de combate ao racismo e a discriminação racial existentes no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Diversidade Étnico-Racial. Lei 10.639/03.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos que tratam especificamente sobre a questão racial mostram que, entre as carências encontradas nas pesquisas efetuadas no campo educacional, uma das mais prementes é a que articula as categorias de raça e educação. Parafraseando Silva (2001,

¹ Dra. em Educação pela Universidade Federal da Bahia(UFBA). Mestre em Educação pela UFBA. Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela UFBA. Professora Adjunta I do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Relações Étnico-Raciais (ERER). Coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento Educar para as Relações Étnico-Raciais. MEC/SECAD/UFAL/SEEE.

p.65-66), a partir da década de oitenta, dois aspectos vêm sendo abordados com ênfase: o livro didático, no que diz respeito à influência que o mesmo tem na construção da auto-estima da criança negra, bem como as imagens negativas que aparecem inferiorizando a pessoa negra e o currículo escolar que denuncia a ausência dos conteúdos ligados à cultura afro-brasileira e à história dos povos africanos no período anterior ao sistema escravista colonial. Na década de 90 o destaque são os trabalhos que discutem a formação de professores e a necessidade de construção de materiais didático-pedagógicos que respaldem as discussões sobre as questões raciais no espaço da escola. Hoje, ressalta-se a necessidade de estudos pautados na discussão sobre a discriminação racial e o racismo na escola, relação professor-aluno, educação nas comunidades quilombolas, bem como, a discussão sobre os limites e as possibilidades da implementação da Lei 10.639/03, o interesse principal desse projeto, uma vez que a referida Lei está em vigor desde 2003, logo, torna-se necessário fazer um mapeamento das modificações ocorridas no cenário educacional brasileiro.

A Lei 10 639 (2003) alterou significativamente as diretrizes e bases da educação nacional, ao tornar explícita a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio nas instituições públicas e privadas espalhadas pelo país. A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é uma conquista significativa da população brasileira e em especial do movimento negro organizado e dos intelectuais comprometidos com essas questões. Entretanto, a promulgação da Lei, não significa que a mesma está sendo implementada no país e isso já vem sendo denunciado em várias instâncias da sociedade. De acordo com Abdias do Nascimento (2007):

Reconheço o grande avanço que significa a Lei 10 639/2003, que visa fazer o resgate de nossa história e de nossa memória e torná-las patrimônio cultural de todo o povo brasileiro, mas tenho que elevar a minha voz para dizer que esta lei não está sendo cumprida, ou tem a sua implementação dificultada, por todos aqueles que não querem mudanças nas relações de dominação racial em nosso país.

Este trabalho, intitulado “A QUESTÃO RACIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MACEIÓ: CONTANDO UM POUCO DE HISTÓRIA” se insere no conjunto de pesquisas que contemplam a discussão em torno da diversidade étnico-racial, buscando conhecer mais sobre a realidade vivenciada no espaço escolar da cidade de Maceió, no que diz respeito ao trato da questão racial, no intuito de subsidiar a construção de estratégias e políticas públicas de combate ao racismo e a discriminação racial.

Diante disso, cabe questionar: Até que ponto a questão racial vem sendo trabalhada nas escolas públicas de Maceió, especialmente a partir da implementação da Lei 10.639/03? Esta questão se desdobra em outras, a saber: Qual é a postura assumida pela escola diante da diversidade étnico-racial? A existência Lei 10.639/03 propiciou alguma modificação no cenário dessas escolas? Quais as dificuldades levantadas pelos professores para trabalhar as referidas questões?

Parte-se do pressuposto que a promulgação da referida Lei não trouxe grandes alterações no cenário das escolas públicas de Maceió, no que diz respeito às discussões sobre a questão racial

O objetivo geral desse estudo é analisar em que medida a questão racial vem sendo trabalhada nas escolas públicas de Maceió, eespecificamente a partir da implementação da Lei 10.639/03. Sendo que os objetivos específicos são: analisar se a formação continuada realizada pela Secretaria de Educação contempla a discussão racial; mostrar a postura assumida pela escola diante da diversidade étnico-racial; verificar se os professores conhecem a Lei 10.639/03; analisar se o Projeto Político Pedagógico da instituição contempla a discussão sobre a questão racial; identificar as estratégias usadas pela escola para trabalhar a diversidade étnico-racial; analisar os materiais didáticos usados para trabalhar a questão racial; levantar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores para trabalhar a questão racial; mostrar como os professores na prática efetiva conseguem (ou não) minimizar as dificuldades para trabalhar a questão racial no espaço da escola; traçar o perfil dos estudantes das escolas selecionadas na pesquisa;

mensurar o nível de conhecimento dos estudantes sobre a questão racial; identificar possíveis conflitos raciais e/ou episódios de discriminação racial no espaço das escolas; levantar soluções encontradas pelos estudantes diante dos conflitos raciais e/ou episódios de discriminação racial no espaço da escola.

2 UM POUCO DE HISTÓRIA

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de Pluralidade Cultural, publicados em 2006, enquanto elemento de discussão racial foi um precursor da Lei 10 639 (2003), na medida em que ousou inserir nas pautas de discussão temas de certa forma até então desconsiderados em Educação. Nesse sentido, Pluralidade Cultural foi considerado um tema transversal, eixo gerador de conhecimento a partir das experiências efetivas dos alunos. Cabe destacar que por não ter caráter obrigatório, alguns questionavam sua importância, outros achavam que deveria ser diluído em meio aos demais componentes curriculares (o que na prática muitas vezes não foi feito por conta do despreparo do professor, falta de um suporte adequado), outros percebiam a sua importância no aprendizado de atitudes e valores essenciais ao convívio social. Enfim, o que esse documento trouxe de concreto foi o fato de se atentar para a importância de se estudar a diversidade étnico-racial existente no país e a conseqüente perspectiva de aceitação dessa pluralidade como forma de minimizar o racismo, o preconceito e discriminação racial existente no âmbito das escolas.

A implementação da Lei 10.639 em 2003, provocou discussões acaloradas tanto na Universidade quanto nas escolas, fundamentando a necessidade imperativa de investimento na formação de professores para trabalhar com a referida temática, bem como na produção de materiais didáticos que contemplem a diversidade étnico-racial. O que ficou explícito é que apenas a presença do documento escrito, não garante a

modificação da realidade, mas sim, ações concretas para pensar numa educação que efetivamente leve em consideração a diversidade existente no Brasil.

A Lei, considerada formal e materialmente, é uma regra geral, abstrata e impositiva a todos, elaborada de acordo com procedimentos pré-estabelecidos que emana do poder estatal que representa a vontade soberana da população. Logo, a Lei 10 639/03 emerge supostamente da vontade do povo brasileiro que foi escamoteado de parte de sua história; afinal de contas, a história do negro e conseqüentemente da cultura afro-brasileira sempre foi retratada na escola como apêndice e restrita a episódios isolados como tráfico negreiro, abolição da escravatura [...] e não como uma das matrizes fundantes da sociedade brasileira que merece respeito e espaço dentro da educação e conseqüentemente dentro da escola.

Na medida em que omite e distorce a história do povo negro, não valoriza a sua cultura, a escola contribui para fragmentar ainda mais a identidade do aluno negro, comprometendo a sua já abalada auto-estima e conseqüentemente tornando-o vulnerável, no momento do relacionamento com o outro. Certamente isso não ocorre apenas no âmbito escolar, mas, a idéia aqui é compreender como a escola (enquanto instituição oficial) ao referendar o discurso hegemônico, marginaliza um grande contingente dos seus estudantes que não se reconhecem no discurso que é instituído - um discurso que não leva em conta história de vida, raça, gênero, classe social. E a partir disso, o estudante respaldado com a omissão advinda da escola, e também da família se sente no direito de tratar o outro, o diferente, como inferior.

Bourdieu (1970) considera que a transmissão pela escola da cultura escolar (conteúdos, programas, métodos de trabalho e de avaliação, relações pedagógicas, práticas lingüísticas), própria à classe dominante, revela uma violência simbólica exercida sobre os alunos de classes populares. De acordo com ele, o sucesso escolar é condicionado à origem social dos alunos e, assim, torna-se o primeiro a revelar os mecanismos cognitivos ligados às condições sociais.

Reconstruir a história dos afro-brasileiros é fundamental, no sentido de apropriá-los de um legado cultural que é apagado no discurso da escola. Enfim, é dar visibilidade a esses sujeitos, expropriados do seu passado, marginalizados no seu presente e incertos quanto ao seu futuro. Nesse sentido a Lei 10 639 (2003) aparece como uma grande possibilidade de preencher uma lacuna historicamente construída na formação escolar do brasileiro - ausência de discussões sobre as contribuições da história e cultura africanas.

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (LEI 10.639, art. 24, §1º).

Segundo Oliveira (2006), “A Lei respalda e garante a implementação de projetos pedagógicos que tornam o currículo escolar mais democrático”. Entretanto, na prática efetiva, a existência da Lei 10.639 não garante que as escolas brasileiras trabalhem adequadamente com as questões que dizem respeito aos africanos e afro-descendentes. Isso ocorre por falta de: vontade política de muitos governantes, disciplinas que contemplem a diversidade nos cursos de formação de professores, pessoal com formação necessária para trabalhar com as questões supracitadas, um referencial teórico à disposição dos professores em formação, material didático que contemple as diferenças, entre outros.

Diante do exposto, é imperativo conhecer o que se passa no interior das escolas públicas estaduais alagoanas, especialmente, as escolas de Maceió, no que diz respeito ao trato da questão racial. A partir disso é possível refletir sobre políticas públicas de combate ao racismo e a discriminação racial que busquem construir uma escola verdadeiramente democrática que proporcione aos alunos um espaço que seja verdadeiramente de transformação social.

O grande desafio que se coloca é: como modificar o quadro de exclusão da população negra do espaço da escola, a despeito da existência da Lei 10.639? É preciso estar atento ao que diz o Parecer do CNE (2004):

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Tem que se desfazer da mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. [...] Isso passa pelo reconhecimento, por parte do Estão, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira.

3 OS CAMINHOS QUE SERÃO TRILHADOS NA PESQUISA

Não existe o caminho, mas caminhos, uma pluralidade deles e... desconhecidos. Contudo, é necessário escolher algum. E escolher é sempre um risco... Nessa construção, nos encontraremos com outros construtores – já que são múltiplos os projetos e os investimentos pessoais – que nos poderão ajudar e nós a eles. Isso exigirá criatividade de todos nós. O plural nem sempre é fácil de ser vivido [...] (GARCIA, 1994, p. 62)

Diante do tema estudado, das questões levantadas, ficou definido que do ponto de vista teórico-metodológico a análise que se privilegia nessa pesquisa é predominantemente qualitativa de cunho exploratório, uma vez que nesse estudo buscar-se-à mapear como as escolas (que serão escolhidas posteriormente) das 4 Coordenadorias existentes na cidade de Maceió vem trabalhando com a questão racial, especialmente a partir da implementação da Lei 10.639/03. Para tanto, parte-se do pressuposto que a promulgação da Lei 10.639/03 não trouxe grandes alterações no cenário das escolas públicas de Maceió, no que diz respeito às discussões sobre a questão racial; bem como, de que nas escolas públicas estaduais alagoanas, especificamente de Maceió, a discussão sobre a questão racial é reduzida a experiências isoladas de professores comprometidos com essa questão e/ou ocorrem em datas comemorativas.

De acordo com Bogdan e Biklen (1982), a pesquisa qualitativa apresenta cinco características básicas:

- 1 A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.
- 2 Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrição de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos e documentos.
- 3 A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.
- 4 A análise de dados tende a seguir um processo indutivo.
- 5 O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são foco de atenção especial pelo pesquisador.

Selltiz (apud GIL, 2002, p. 41) afirma que na maioria das vezes as pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulam a compreensão do mesmo.

A consecução dos objetivos apresentados nesta proposta de investigação requer a coleta e a produção de dados, a serem realizadas através das seguintes técnicas:

a) Pesquisa Bibliográfica, entendida aqui como na perspectiva colocada por Lakatos (1999, p.73):

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Para tanto serão utilizadas as chamadas “fontes de papel”, ou seja, materiais como livros, dissertações, teses, artigos de livros, de revistas, e, também, materiais disponíveis em meio eletrônico, legislação, entre outros, necessários para responder às questões da pesquisa.



ISSN 1981 - 3031

b) Pesquisa Documental - os principais documentos a serem utilizados serão: projeto Político Pedagógico das escolas, Planos de Curso, Projetos Pedagógicos elaborados pelos professores, documentos utilizados nos processos de formação continuada,.

c) Observação do que ocorre no interior da escola, nos seus mais diversos momentos: planejamento, avaliação, eventos, no cotidiano de sala de aula.

c) Questionário fechado é um “instrumento em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas.” (RICHARDSON, 1999, p.191). Nesse sentido, a idéia de trabalhar com questionário fechado, passou pela possibilidade de traçar um panorama geral sobre a compreensão de como a questão racial vem sendo trabalhada no espaço da escola, pela polifonia dos seus diferentes sujeitos - professores, funcionários e estudantes das escolas públicas estaduais.

d) As entrevistas semi-estruturadas serão feitas com a Gerente de Educação e Diversidade étnico-Racial e de Gênero da Secretaria de Educação e dos Esportes de Alagoas, bem como os gestores das escolas que serão escolhidas para participar dessa pesquisa. A opção pela entrevista semi-estruturada decorre do fato que tanto o pesquisador quanto o entrevistado interferem dinamicamente no conhecimento da realidade e esse encontro de duas subjetividades, representação de códigos sócio-culturais quase sempre diferenciados, é, ao mesmo tempo, rico, problemático e conflitivo. (MINAYO, 1993).

4 ESTAMOS APENAS COMEÇANDO...

Estamos apenas começando porque acreditamos num processo contínuo de conhecer, um processo que nunca se esgota e que deve ser alimentado criticamente.

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal que não se prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo de pesquisa, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações. (MINAYO , 1997, p. 25-26)

Nesta pesquisa algumas questões serão priorizadas, entre elas o trabalho realizado sobre a questão racial nas escolas públicas de Maceió, especialmente a partir da implementação da Lei 10.639/03. Isso vai ocorrer no intuito de perceber se a promulgação da referida Lei trouxe grandes alterações no cenário das escolas públicas de Maceió.

De modo geral, percebe-se um descompasso entre o vivido/construído e o discurso/ação implementados pela escola no trato das questões raciais. Apesar do discurso politicamente correto, as ações efetivas ainda não são suficientes para percebermos mudanças estruturais no espaço escolar. Nesse sentido, pela polifonia dos sujeitos conheceremos o que se passa no interior das escolas públicas de Maceió - suas histórias, seus avanços, seus limites e possibilidades.

Espera-se que essa pesquisa possa indicar novos caminhos nas discussões de certas especificidades a respeito da problemática educação e diversidade étnico-racial, além de suscitar reflexões que ajudem a subsidiar a construção de políticas públicas de combate ao racismo e a discriminação racial existentes no Brasil, para vivenciarmos o que propõe Munanga (1996):

Quando a questão do racismo no Brasil começar a sair dos livros, artigos, dissertações e teses de pesquisadores, quando deixar de ser problema do negro para se tornar preocupação de todas as forças e instituições do país, quando sairmos da fase do belo discurso e das boas intenções sem ações correspondentes, poderemos dizer então que entramos na verdadeira fase de engajamento para transformar a sociedade; estaremos saindo do pesadelo para entrar num sonho, e do sonho para entrar numa verdadeira esperança.



ISSN 1981 - 3031

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **La reproduction**. Paris: Ed. de Minuit, 1970.

BRASIL . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 10 639**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01 jan. 2006.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GARCIA, Pedro Benjamim Garcia. Paradigmas em Crise e a Educação. In: BRANDÃO, Zaia (Org.) **A Crise dos Paradigmas e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 35).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

_____. SILVA, Petronilha B. Gonçalves (Orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Coleção Trajetória, v.7).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1993.

_____. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios, v. 40).

NASCIMENTO, Abdias. **Carta do Professor Abdias do Nascimento ao Presidente Lula**. Disponível em: <<http://www.aldeianago.com.br>>. Acesso em: 24 fev. 2008.



ISSN 1981 - 3031

OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Relações Raciais e Educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Preconceito e Autoconceito: identidade e interação em sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SILVA, Ana Célia da. **A Discriminação do Negro no Livro Didático**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 1995.

_____. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Cidinha da (Org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Imagens Negras: ancestralidade, diversidade e educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.